

SENDO
COMUM
E OUTROS PANFLETOS
THOMAS PAINE

INTRODUÇÃO DE **BERTRAND RUSSELL**

TRADUÇÃO DO ORIGINAL INGLÊS
(ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA) POR **J. SILVA COUTO**

B BOOK
BUILDERS

Índice

<i>Apresentação</i>	ix
Senso Comum	1
Introdução	3
I. Da Origem e do Plano de Governo em Geral com Observações Sucintas sobre a Constituição Inglesa	7
II. Da Monarquia e da Sucessão Histórica	16
III. Reflexões sobre o Estado Actual das Questões Americanas	29
IV. Da Presente Capacidade da América, com Algumas Reflexões Variadas	53
Apêndice	71
A Crise Americana	85
Panfleto I	87
Panfleto XIII	101



Introdução

Talvez os sentimentos que se expressa nas páginas seguintes não estejam *ainda* suficientemente na moda para granjearem um favor geral; o longo hábito de pensar que determinada coisa não seja *errada* dá-lhe o aspecto superficial de estar *certa*, e ergue, de início, um temível grito de alerta em defesa do costume. Mas o tumulto não tarda a arrefecer. O tempo, mais do que a razão, cria novos conversos.

Sendo um longo e violento abuso de poder geralmente o meio de lhe discutir o direito em questão (e também em questões que nunca teriam sido imaginadas, se os que as sofreram não tivessem sido agravados na inquirição), e havendo o rei da Inglaterra decidido, em seu *próprio direito*, apoiar o Parlamento naquilo que ele chama *deles*, e estando o bom povo deste país gravemente oprimido pela coligação, tem



THOMAS PAINE

este o privilégio incontestável de analisar as pretensões dos dois e de igualmente rejeitar a usurpação de *qualquer deles*.

Nas páginas que se seguem, o autor evitou escrupulosamente tudo quanto é pessoal. Não há aqui elogios nem censuras a indivíduos. Os prudentes e os dignos dispensam o elogio de um panfleto; e aqueles cujos sentimentos são insensatos ou inamistosos cessarão por si, a não ser que com eles se despenda grande soma de esforços.

A causa da América é, em grande parte, a causa de toda a Humanidade. Surgiram e surgirão variadíssimas circunstâncias que não são locais, mas universais, que influirão nos princípios de todos os que prezam a Humanidade, e em cuja ocorrência estarão interessados todos os homens. Devastar a ferro e fogo um país, declarar guerra aos direitos naturais de toda a Humanidade e extirpar da face da Terra os seus defensores, são coisas que dizem respeito a todo o cidadão a quem a natureza deu o poder de sentir, e a cuja classe, apesar da censura partidária, pertence o

O AUTOR

P. S. ⁽³⁾ – A publicação desta nova edição foi postergada com o fito de anotar (se necessário) qualquer tentativa de refutar a doutrina de independência. Como até

⁽³⁾ [É o pós-escrito de Paine ao Prefácio da nova edição.]





SENSO COMUM



agora não apareceu nenhuma resposta, presume-se que não aparecerá, uma vez que já passou bastante tempo, o necessário, para colher oportunidade.

Saber quem é o autor deste trabalho é inteiramente desnecessário, visto que o seu objectivo está na *própria doutrina*, e não no doutrinador. Mas talvez convenha dizer que não está ligado a nenhum partido e que não sofre influência nenhuma, nem pública nem privada, a não ser a influência da razão e dos princípios.


Filadélfia, 14 de Fevereiro de 1776







I. Da Origem e do Plano de Governo em Geral com Observações Sucintas sobre a Constituição Inglesa



Alguns escritores confundiram de tal modo sociedade e governo que entre estas duas entidades deixaram pouca ou nenhuma distinção, apesar de, além de diferentes, possuírem origens diversas. A sociedade é produzida pelas nossas necessidades; o governo, pela nossa maldade; a primeira promove *positivamente* a nossa felicidade, unindo os nossos afectos, enquanto o segundo fá-lo *negativamente*, refreando os nossos vícios. A primeira encoraja o intercâmbio, o segundo cria distinções. A primeira é uma protectora, o segundo, um punidor.

A sociedade, em qualquer estado, é uma bênção, enquanto o governo, mesmo no seu melhor estado,

não passa de um mal necessário, sendo, no pior estado, um mal intolerável. Porque quando sofremos ou ficamos expostos, *por um governo*, às mesmas misérias que poderíamos esperar em país *sem governo*, a nossa calamidade aumenta pela reflexão de que nós é que fornecemos os meios pelos quais sofremos. O governo, como a roupa, é o emblema da inocência perdida; os palácios dos reis erguem-se sobre as ruínas das choupanas do paraíso. Se obedecêssemos clara, uniforme e irresistivelmente aos impulsos da consciência, não precisaríamos de outro legislador; não sendo esse, todavia, o caso, vemo-nos obrigados a ceder uma parte da nossa propriedade a fim de providenciar meios para a protecção do resto, e somos induzidos a proceder dessa maneira pela mesma prudência que, em qualquer outro caso, nos aconselha a escolher, entre dois males, o menor. *Pelo que*, sendo a segurança o verdadeiro propósito e fim do governo, daqui se segue irrefutavelmente ser preferível às demais qualquer *forma* que pareça mais capaz de no-la garantir.

Para termos uma ideia clara e justa do propósito e do fim do governo, supunhamos um pequeno grupo de pessoas fixadas numa parte qualquer isolada da Terra, sem ligação com o resto dos homens; nesse caso, elas representarão o primeiro povoamento de qualquer país, ou do mundo. Nesse estado de liberdade natural, a sociedade constituirá para elas o primeiro pensamento. Serão instigadas a ela por mil motivos; a força de um homem é tão desigual comparada com as suas



SENSO COMUM

necessidades, e o seu espírito tão inadequado à solidão perpétua, que não tarda a ser obrigado a procurar ajuda e alívio com outra pessoa que, por sua vez, quer a mesma coisa. Quatro ou cinco indivíduos unidos poderiam construir uma habitação tolerável no meio do deserto, ao passo que *um* consumiria, talvez, toda a sua vida sem nada realizar; abatida a árvore, não seria capaz de a remover, nem de erguer a madeira; a fome afastá-lo-ia do trabalho, e as mais diversas necessidades atraí-lo-iam das maneiras mais diversas. A enfermidade, e até a desventura, seria a morte; embora nenhuma delas fosse mortal, torná-lo-iam incapaz de viver e reduzi-lo-iam a um estado em que mais seria morte do que vida.



Assim, a necessidade, como força de atracção, não tardaria a organizar os imigrantes recém-chegados em sociedade, cujas bênçãos recíprocas substituiriam e tornariam as obrigações da lei e do governo desnecessárias, mantendo-se perfeitamente justas uma para com a outra; mas como nada a não ser o céu é impermeável ao vício, há-de suceder inevitavelmente que, à medida que forem sobrepujando as primeiras dificuldades da imigração, que os unem numa causa comum, começarão a descuidar-se no dever e apego mútuos, e essa negligência fará surgir a necessidade de se estabelecer uma forma qualquer de governo destinada a suprir a falta de virtude moral.



Uma árvore conveniente proporcionar-lhes-á um parlamento, sob cujos ramos poderá reunir a assembleia





THOMAS PAINE

para deliberar em torno das questões públicas. É mais do que provável que as suas primeiras leis terão apenas o título de REGULAMENTOS aos quais obedecerão em virtude de uma única pena: a desconsideração pública. Nesse primeiro parlamento terão assento, por direito natural, todos os homens.

Mas à medida que a colônia for crescendo, crescerão igualmente os interesses públicos, e a distância que por acaso separar os membros tornará demasiado inconveniente que se reúnam todos em todas as ocasiões, como no início, quando o seu número era pequeno e as casas próximas uma da outra e poucos e insignificantes os interesses públicos. Isso indicará a conveniência de consentirem em deixar que a parte legislativa seja dirigida por um determinado grupo escolhido entre todos, o qual terá supostamente em jogo os mesmos interesses que os que o indicam, e agirá da mesma maneira que agiria o todo, se presente. No caso de a colônia continuar a crescer, será mister aumentar o número de representantes; e para que se atenda ao interesse de todas as partes, convirá dividir o todo em partes convenientes, cada parte enviando o seu número adequado; e para que os *eleitos* jamais formem para si próprios um interesse diferente do dos *eleitores*, a prudência mostrará a oportunidade de eleições frequentes, pois podendo os *eleitos*, por tal meio, regressar em poucos meses ao corpo geral dos *eleitores* com ele se fundindo, a sua fidelidade ao público ficará garantida pela prudente reflexão de não prepararem uma punição



para si próprios. E como esse frequente intercâmbio estabelecerá um interesse comum com todas as partes da comunidade, os membros apoiar-se-ão mútua e naturalmente, e é disso (e não do nome sem significado de rei) que depende a *força do governo e a felicidade dos governados*.

Eis, aí, portanto, a origem e o nascimento do governo, ou seja, um estatuto que se faz necessário por causa da incapacidade da virtude moral para governar o mundo; eis aí, também, o propósito e o fim do governo, isto é, liberdade e segurança. E por mais que os nossos olhos fiquem ofuscados pela exibição e os nossos ouvidos iludidos pelas palavras, por mais que o preconceito deturpe a nossa vontade e o interesse obscureça a nossa compreensão, a simples voz da natureza e da razão dirá que ele está certo.

Tiro a minha ideia da forma de governo de um princípio natural que nenhuma arte pode abater, ou seja, o de que quanto mais simples uma coisa, tanto menos propende a avariar e tanto mais facilmente se repara quando avariada; e com essa máxima em mente, ofereço algumas considerações sobre a tão gabada constituição da Inglaterra. Concedamos que foi nobre para os tempos sombrios e serviu em que a redigiram. Quando no mundo imperava a tirania, afastar-se dela, o mínimo que fosse, constituía uma gloriosa salvação. Mas facilmente se demonstra que é imperfeita, sujeita a convulsões, e incapaz de produzir o que parece prometer.